

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	153.081.529
Preferenciais	0
Total	153.081.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	743.028	351.043	14.742
1.01	Ativo Circulante	29.781	53.300	395
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86	541	40
1.01.02	Aplicações Financeiras	28.731	52.402	312
1.01.06	Tributos a Recuperar	864	302	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	100	55	43
1.02	Ativo Não Circulante	713.247	297.743	14.347
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	461	222	20
1.02.01.06	Tributos Diferidos	461	222	20
1.02.03	Imobilizado	703.807	289.809	14.190
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	703.807	289.809	14.190
1.02.04	Intangível	8.979	7.712	137
1.02.04.01	Intangíveis	8.979	7.712	137

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	743.028	351.043	14.742
2.01	Passivo Circulante	345.755	74.819	1.483
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.153	944	382
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.153	944	382
2.01.02	Fornecedores	11.856	3.304	552
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.856	3.304	552
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.047	1.308	540
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.965	823	492
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.965	823	492
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.082	398	48
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	87	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	307.477	69.258	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	307.477	69.258	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	307.477	69.258	0
2.01.05	Outras Obrigações	0	5	9
2.01.05.02	Outros	0	5	9
2.01.06	Provisões	22.222	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	22.222	0	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	22.222	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	245.251	158.669	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	212.690	151.299	0
2.02.01.02	Debêntures	212.690	151.299	0
2.02.02	Outras Obrigações	19.379	0	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.379	0	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.379	0	0
2.02.02.02	Outros	16.000	0	0
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.000	0	0
2.02.04	Provisões	13.182	7.370	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	439	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	439	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12.743	7.370	0
2.03	Patrimônio Líquido	152.022	117.555	13.259
2.03.01	Capital Social Realizado	153.081	118.081	1
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	13.320
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.059	-526	-62

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-770	-574	-81
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-770	-574	-81
3.06	Resultado Financeiro	-2	-92	-1
3.06.02	Despesas Financeiras	-2	-92	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-772	-666	-82
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	239	202	20
3.08.02	Diferido	239	202	20
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-533	-464	-62
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-533	-464	-62
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00400	-0,00700	-62,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-533	-464	-62
4.03	Resultado Abrangente do Período	-533	-464	-62

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-653	-575	-108
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-653	-559	-74
6.01.01.01	Prejuízo do período	-533	-464	-62
6.01.01.02	Depreciação e amortização	119	107	8
6.01.01.03	Impostos diferidos	-239	-202	-20
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-16	-34
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	0	41	-41
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	0	-53	-2
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	0	-4	9
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-314.550	-318.761	-12.861
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-178.000	-52.402	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-338.483	-266.154	-12.724
6.02.03	Aplicações no intangível	-1.267	-205	-137
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	203.200	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	314.748	319.525	13.321
6.03.01	Integralização de capital	35.000	0	0
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	16.000	104.760	13.321
6.03.03	Empréstimos tomados	378.532	261.362	0
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-114.784	-46.597	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-455	189	352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	541	352	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86	541	352

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.04	Transações de Capital com os Sócios	35.000	0	0	-533	0	34.467
5.04.01	Aumentos de Capital	35.000	0	0	-533	0	34.467
5.07	Saldos Finais	153.081	0	0	-1.059	0	152.022

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	13.320	0	-62	0	13.259
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	13.320	0	-62	0	13.259
5.04	Transações de Capital com os Sócios	118.080	-13.320	0	0	0	104.760
5.04.01	Aumentos de Capital	118.080	-13.320	0	0	0	104.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-464	0	-464
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-464	0	-464
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-464	0	-464
5.07	Saldos Finais	118.081	0	0	-526	0	117.555

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1	13.320	0	-62	0	13.259
5.04.01	Aumentos de Capital	1	13.320	0	-62	0	13.259
5.07	Saldos Finais	1	13.320	0	-62	0	13.259

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-651	-445	-65
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-651	-445	-65
7.03	Valor Adicionado Bruto	-651	-445	-65
7.04	Retenções	-119	-107	-8
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-119	-107	-8
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-770	-552	-73
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-770	-552	-73
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-770	-552	-73
7.08.01	Pessoal	0	22	2
7.08.01.02	Benefícios	0	22	2
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-239	-202	-20
7.08.02.01	Federais	-239	-202	-20
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2	92	7
7.08.03.02	Aluguéis	2	92	6
7.08.03.03	Outras	0	0	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-533	-464	-62
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-533	-464	-62

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta a V.sas. o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

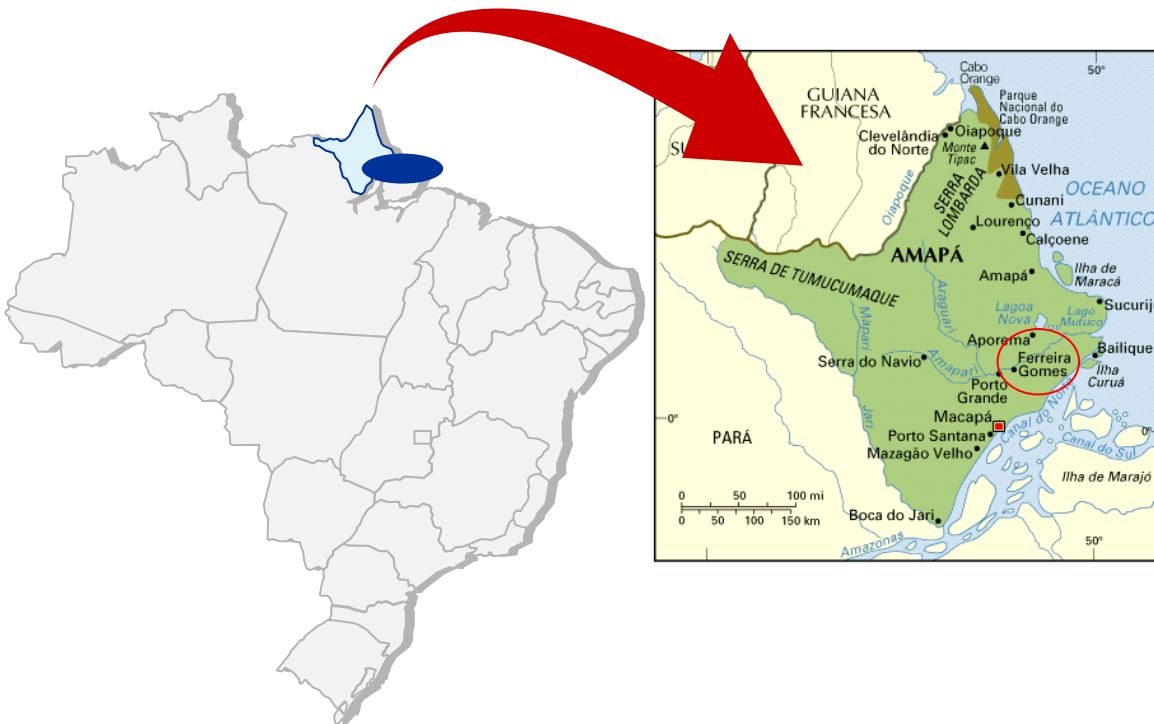
A Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes Energia S.A. recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica, localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

A UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e esta sendo construída no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Relatório da Administração

Resultados Econômico-Financeiros

A UHE Ferreira Gomes encontra-se em fase de construção, com previsão de entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 30/12/2014, a 2ª unidade geradora no dia 28/02/2015 e a 3ª unidade geradora em 30/04/2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Desta forma, a Companhia não apura receitas provenientes de sua atividade operacional. As despesas apuradas são pré-operacionais e correspondem a gastos relativos à manutenção administrativa que não são imobilizados no ativo da Companhia.

<i>R\$ Mil</i>		
Demonstração de Resultados	2012	2011
Receita Líquida	-	-
Custos Operacionais	-	-
Despesas Operacionais	(770)	(574)
LAJIR	(770)	(574)
Resultado Financeiro	(2)	(92)
LAIR	(772)	(666)
I.R. e C.S.L.L	239	202
Prejuízo Líquido	(533)	(464)

Os recursos financeiros utilizados pela Companhia para construção da UHE Ferreira Gomes e manutenção administrativa são recursos dos seus acionistas e de terceiros, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser remunerados pelas atividades de operação.

Durante o ano de 2012, a Companhia efetuou o investimento de R\$ 417,5 milhões na construção da UHE Ferreira Gomes. Os recursos utilizados neste investimento são provenientes dos acionistas e de empréstimos e financiamentos captados. Cabe ressaltar que no dia 30 de maio de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures. Foram emitidas 20.000 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 200,0 milhões, os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012.

A remuneração das debêntures contemplará juros correspondentes ao IPCA + 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura. As mesmas terão vencimento no dia 30 de maio de 2014.

Não houve aquisições de debêntures de sua própria emissão.

Em função da Companhia não apurar lucro líquido no período, e pelo fato do ativo UHE Ferreira Gomes estar em fase de construção, não houve reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Os principais negócios sociais e fatos administrativos que ocorreram em 2012, foram:

- Aprovação da extinção do Comitê Técnico da Companhia;
- Aprovação da Política de Divulgação de Informações;
- Aprovação do aumento de capital de R\$ 118.081.529,00 para R\$ 153.081.529,00;
- Aprovação e Emissão da segunda emissão de Debêntures da Companhia;
- A partir de 1 de novembro de 2012, as publicações legais da Companhia passaram a ser publicadas no Jornal "O Estado de São Paulo – Estadão", face a descontinuidade do Jornal da Tarde.;
- Aprovação em Assembleia Geral da proposta para alteração do Estatuto Social, com vistas a adaptá-lo às exigências apontadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para fins de futura obtenção de colaboração financeira.

Relatório da Administração

Dado que Ferreira Gomes Energia é uma SPE para a implantação da usina hidrelétrica, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Capital Humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores através de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 2012, a Ferreira Gomes Energia S.A. finalizou o ano com 117 colaboradores.

Governança Corporativa

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: (i) o Conselho de Administração; e (ii) a Diretoria Estatutária.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos Diretores: (i) Administrativo Financeiro; (ii) de Relações com Investidores; e (iii) Diretor de Implantação, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá destituir, a qualquer tempo, qualquer integrante da Diretoria, elegendo substituto pelo prazo restante do mandato.

O Conselho de Administração é composto de por quatro membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Responsabilidade Sócio-ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esta engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

Programa de Resgate de Fauna;

Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;

Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;

Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;

Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico;

Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;

Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;

Programa de Monitoramento Meteorológico;

Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;

Programa de Qualificação de Mão-de-obra e Estágio para Jovens; e

Programa de Reforço a Infraestrutura Municipal.

Relatório da Administração

Auditoria Independente

Em 31 de junho de 2012, a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. (“E&Y”) celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. (“Empresa”), o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”.

Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Empresa, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 30 de junho de 2012 e a findar-se em 30 de setembro de 2012, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) reemissão de relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais considerarão a adequação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); (iii) leitura do Formulário de Referência a ser preparado para o registro da Empresa como companhia aberta na CVM; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Empresa, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012, com a emissão de um relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras;

Tais serviços totalizaram R\$81 mil contratados para o referido exercício.

Mensagem Final

A Administração entende que a Companhia está plenamente capacitada a manter a continuidade das atividades de implementação da Usina Hidrelétrica **Ferreira** Gomes e está comprometida com a melhoria da produtividade, rentabilidade, e maior criação de valor para os acionistas e sociedade.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2013

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes" ou a "Companhia") foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº1855, bloco I, 9º andar, sala G, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), com sede em São Paulo.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 30/12/2014, a 2ª unidade geradora no dia 28/02/2015 e a 3ª unidade geradora em 30/04/2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes do contrato de concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula dos contratos de concessão.

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros que serão providos através de aportes de capital pelos seus acionistas e através de captações de recursos de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados pelas receitas de operações futuras.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade, além de legislação específica aplicável às autorizadas do serviço de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB..

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional e de reporte da Companhia é o real.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 18 de fevereiro de 2013.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Ativos financeiros

i) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

Notas Explicativas

ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

ii) Mensuração subsequente - Continuação

- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Notas Explicativas

c) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido.

O custo dos ativos construídos pela entidade incluirá o custo de materiais, mão de obra direta, indireta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros aplicados, também serão capitalizados durante a fase pré-operacional.

A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada com base nos critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total da aquisição.

Os encargos de amortização só serão reconhecidos quando da entrada de operação comercial da Companhia.

A Companhia registrou a valor presente a obrigação com a União pelo Uso do Bem Público.

e) Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Nos casos em que a probabilidade de perda é possível ou remota nenhum passivo é reconhecido, mas existe a divulgação em notas explicativas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As avaliações são revisadas mensalmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

f) Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

f) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente -Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação.

- *Fornecedores:* inclui obrigações com aquisição de materiais e serviços.

g) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

h) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do resultado que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes das diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o resultado são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

i) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

j) Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

k) Resultado financeiro

A receita de juros decorrentes dos investimentos e os encargos financeiros referentes aos empréstimos são calculados com base na taxa de juros contratuais e são capitalizados no ativo imobilizado.

Notas Explicativas

l) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

m) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais agrupamentos ou desdobramentos de ações.

n) Provisão para redução do valor recuperável dos ativos não circulantes – CPC 01

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2012 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia é que as linhas de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

o) Provisão para redução do valor recuperável dos ativos não circulantes – CPC 01

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em/ou após 01 de janeiro de 2013, com efeitos comparativos. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma, e espera que ela não trará impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2012. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma, e espera que ela não trará impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

5. Caixa, equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>			
Fundo fixo		48	28
Banco conta movimento		5	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata		33	513
		<u>86</u>	<u>541</u>
<u>Investimento de curto prazo</u>			
Aplicações financeiras	100,50% do CDI	28.731	52.402
		<u>28.731</u>	<u>52.402</u>

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente, onde a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, realizadas com instituições do mercado financeiro nacional, sendo remunerados pela variação de 100,50% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e 101,80% em 2011.

A Companhia têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais

A Companhia efetuou retenções na fonte e efetuou as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Tributos e contribuições sociais a compensar		
IRRF	562	73
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	102	103
INSS	110	36
ISS	86	86
ICMS a compensar	4	4
	<u>864</u>	<u>302</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Tributos e contribuições sociais a recolher		
IRRF	322	245
ISS	1.082	398
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	163	35
INSS	1.435	476
ICMS	-	87
FGTS	45	67
	<u>3.047</u>	<u>1.308</u>

Notas Explicativas

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia é tributada com base no lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, e nos exercícios anteriores, com base na expectativa de lucratividade futura, reconheceu o ativo fiscal diferido, conforme demonstrativo a seguir:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	324	155
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	<u>137</u>	<u>67</u>
	<u>461</u>	<u>222</u>

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 772 (R\$ 667 em 2011). Tendo constituído impostos de renda e contribuição social, diferidos para a totalidade destes saldos.

A recuperabilidade desses ativos está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto a evolução positiva dos resultados futuros da Companhia. Sendo assim a mesma prevê que a realização do IR/CSLL diferidos será integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação.

Notas Explicativas

8. Imobilizado

As adições ocorridas no ativo imobilizado no decorrer do ano de 2012 representam investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, assim como os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados na obra. No período não houve nenhuma baixa de bem e/ou serviço do ativo imobilizado. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais de amortização	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 31/12/2011
Imobilizado em curso				
Terrenos		11.954	2.930	9.024
Reservatórios , barragens e adutoras		22.913	19.751	3.162
Edificações, Obras civis		210.041	169.561	40.480
Máquinas e equipamentos		22.305	22.040	265
Veículos		1.941	414	1.527
Móveis e utensílios		1.733	636	1.097
A ratear (1)		158.738	90.859	67.879
Juros capitalizados		36.466	31.521	4.945
Programas socioambientais		42.270	35.923	6.347
Material em depósito		9.609	4.007	5.602
Adiantamento a fornecedor		144.808	21.949	122.859
Depositos Judiciais		365	24	341
Estudos e projetos (2)		40.583	14.498	26.085
Total do imobilizado em curso		703.726	414.113	289.613
Imobilizado em serviço				
Benefitorias em bens de terceiros		315	4	311
Total do imobilizado em serviço		315	4	311
Total do imobilizado em serviço e curso		704.041	414.117	289.924
(-) Depreciação acumulada				
Benefitorias em bens de terceiros	36%	(234)	(119)	(115)
Total da depreciação acumulada		(234)	(119)	(115)
Total		703.807	413.998	289.809

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao custo dos bens beneficiados, segundo critérios e procedimentos definidos pela Companhia, sendo evidenciados e mantidos à disposição da ANEEL para eventuais fiscalizações.
- (2) Estudos e projetos – Referem-se substancialmente, aos investimentos iniciais com estudos e projetos de viabilidade de UHE Ferreira Gomes. Atualmente, existem diversos estudos sendo realizados de levantamento topográficos, geodésicos, executivos, hidráulicos dentre outros que tem o objetivo de implantação o empreendimento

Notas Explicativas

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes está sendo financiada por capital dos acionistas, empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures. O total de despesas financeiras capitalizadas até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 36.466 (R\$4.945 em 2011), líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, pois são decorrentes de financiamentos utilizado exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do valor do ativo imobilizado.

9. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2011</u>
Licença de uso de software	481	139	342
Uso do bem público	<u>8.498</u>	<u>1.128</u>	<u>7.370</u>
Total	<u>8.979</u>	<u>1.267</u>	<u>7.712</u>

Uso do bem público - Como pagamento pelo Uso do Bem Público a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927. O início da amortização e a primeira parcela serão pagas a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão. O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contra partida ao intangível a valor presente depois que a Companhia obteve a Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo, estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do intangível iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

10.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Todas as transações entre partes relacionadas foram registradas nas condições usuais de mercado e pode ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Ativo não circulante - Imobilizado em curso</u>		
Adiantamento a fornecedores - Alusa Engenharia S.A	2.096	20.837
	<u>2.096</u>	<u>20.837</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Reembolso de despesas - Alupar Investimentos S.A	-	3
	<u>-</u>	<u>3</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Reembolso de despesas de implantação - Alupar Investimentos S.A	3.379	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos	16.000	-
	<u>19.379</u>	<u>-</u>

Para desenvolver o projeto inicial da Companhia a acionista Alupar Investimentos S.A incorreu em custos com contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos foram alocados no passivo não circulante da Ferreira Gomes Energia que reembolsará todos os gastos incorridos a Controladora.

A Companhia celebrou contrato com a parte relacionada Alusa Engenharia. S.A no valor de R\$ 162.875 destes R\$ 156.154 já haviam sido executados em 31 de dezembro de 2012, sendo que na mesma data o montante de R\$ 2.096 se encontrava em aberto através de adiantamentos efetuados a Alusa Engenharia S.A. Em 31 de dezembro de 2011 os montantes eram de R\$ 162.875, R\$ 45.348 e R\$ 20.837 respectivamente.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas - Continuação

10.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da autorização	Órgão Autorizador	Empresa garantida	Empresa garantidora	Contrato	Garantia	Início do contrato	Encerramento da garantia	Valor do contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2012
13/06/2011	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária)	28/12/2012	15/04/2031	470.610	-
13/06/2011	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de fornecimento, supervisão de montagem e supervisão de comissionamento com a Voith CPS FG01 15-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	01/04/2013	161.000	33.251
12/09/2011	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de abertura de linha de crédito para celebração de operações de mútuo - Banco Sumitomo	Prestação de Garantias (Aval)	15/07/2011	01/02/2013	29.400	29.766
18/04/2012	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 1ª emissão	Prestação de Garantias (Fiança)	28/11/2011	28/05/2013	150.000	166.482
26/08/2011	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 2ª emissão	Prestação de Garantias (Aval)	30/05/2012	30/05/2014	200.000	213.538
	não tem ata devido ao valor	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.0908-1	Prestação de Garantias (Aval)	19/10/2012	17/06/2013	110.680	112.234

10.3 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a remuneração foi conforme segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Benefícios de curto prazo (a)	781	836
Benefícios pós-emprego (b)	24	23
Outros benefícios de longo prazo (c)	90	177
Remuneração do conselho	<u>32</u>	<u>390</u>
Total	<u>927</u>	<u>1.426</u>

a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;

c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

Notas Explicativas

	(% a.a) Taxa efetiva	31/12/2012			31/12/2011		
		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante							
Banco Sumitomo	118 % CDI	29.400	366	29.766	29.400	270	29.670
Banco Santander	CDI + 1,40%	-	-	-	40.000	100	40.100
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	TJLP + 2,40%	110.680	1.554	112.234	-	-	-
1º emissão de Debêntures	115 % CDI	150.000	16.482	166.482	-	-	-
(-) Custo de captação - a amortizar		(1.005)	-	(1.005)	(512)	-	(512)
Total		289.075	18.402	307.477	68.888	370	69.258
Moeda nacional - não circulante							
1º emissão de Debêntures	115 % CDI	-	-	-	150.000	1.785	151.785
2º emissão de Debêntures	IPCA + 5,95%	200.000	13.538	213.538	-	-	-
(-) Custo de captação - a amortizar		(848)	-	(848)	(486)	-	(486)
Total		199.152	13.538	212.690	149.514	1.785	151.299

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

O empréstimo do Banco Sumitomo foi aderido no dia 15 de julho de 2011 com encargo de 115,50% do CDI e vencimento em 03 de fevereiro de 2012, no dia 31 de outubro de 2012 foi assinado o último aditamento do contrato nº 06 prorrogando o vencimento e taxa de juros do contrato que está sujeito ao encargo de 118% do CDI e vencimento no dia 01 de fevereiro de 2013.

Em novembro de 2011 foi efetuada a emissão de R\$ 150.000 em debêntures simples não conversíveis em ações da Emissora com valor nominal unitário de R\$ 1.000 no mercado local. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios de 115% de variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia. As mesmas terão vencimento no dia 28 de maio de 2013 e estão classificadas no passivo não circulante. Conforme o CPC 08 os custos da emissão estão sendo capitalizados em função da fluência do prazo contratual amortizados usando o método dos custos efetivos a uma taxa 12,6%.

Em 26 de setembro de 2012, a Companhia celebrou o contrato nº 12.2.0908.1, no montante de R\$ 121.724, no entanto, destes apenas R\$ 110.680 foram liberados no dia 26 de outubro de 2012, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES corrigidos à - taxa de juros de longo prazo - TJLP + de 2,4% ao a.a. com vencimento em 15 de abril de 2013. Como garantia foi dado ao BNDES carta de fiança emitido pela instituição financeira Itaú BBA.

Notas Explicativas

No dia 30 de maio de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures. Foram emitidas 20.000 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012.

A remuneração das debêntures contemplará juros correspondentes ao IPCA + 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura. As mesmas terão vencimento no dia 30 de maio de 2014.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas com base nas informações financeiras da Fiadora (Alupar Investimento S.A.) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos índices (covenants) previstos no contrato. Em 31 de dezembro de 2012, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos em contrato.

b) A movimentação de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas em 2012 foi composto da seguinte forma:

	Saldo final 31/12/2012	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortizaçã o	Saldo inicial 31/12/2011
Moeda nacional					
Banco Sumitomo	29.766	-	2.805	(2.709)	29.670
Banco Santander	-	15.000	2.662	(57.762)	40.100
Banco BTG Pactual	-	55.000	605	(55.605)	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	112.234	110.680	1.554	-	-
1º emissão de Debêntures	166.482	-	14.697	-	151.785
2º emissão de Debêntures	213.538	200.000	13.538	-	-
(-) Custo de captação - a amortizar	(1.853)	(2.148)	-	1.293	(998)
Total	520.167	378.532	35.861	(114.783)	220.557

Notas Explicativas

12. Provisão para gastos ambientais

	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante	22.222
Passivo não circulante	<u>4.245</u>
Total	<u>26.467</u>

A Companhia realiza investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. Assim no término do exercício de 2012 foram reconhecidas pela Companhia provisões para gastos ambientais, advindas de obrigações presentes legais, resultante de eventos passados e de prováveis realizações. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço e foram suportados pelo orçamento gerenciado da área ambiental da Companhia. A contrapartida pela constituição dessas provisões, foram registradas na rubrica ativo imobilizado em curso.

13. Patrimônio líquido

Em 27 de abril de 2012, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 35.000, através da emissão de 35.000.000 novas ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 153.081, (R\$ 118.081 em 31 de dezembro de 2011), representando por 153.081.529 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (118.081.529 ação em 31 de dezembro de 2011). O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 360.000 até o limite de 360.000.000 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	<u>Quantidades de ações integralizadas</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Alupar Investimento S.A.	153.081.528	118.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>153.081.529</u>	<u>118.081.529</u>

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos para os acionistas, sobre o lucro líquido ajustado, sendo o dividendo obrigatório não inferior a 25% e distribuídos proporcionalmente ao capital integralizado. O pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendo a pagar.

Notas Explicativas

14. Resultado por ação

O cálculo do prejuízo líquido por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está abaixo demonstrado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício	(533)	(464)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>141.861.353</u>	<u>65.023.228</u>
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,004)</u>	<u>(0,007)</u>

15. Provisão para litígios

Foram movidas contra a Companhia ações indenizatórias de natureza trabalhista, fundiária e cível, as mesmas se encontram em andamento. A Administração da Ferreira Gomes consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nos processos, considera a probabilidade de perda dos processos conforme abaixo:

Probabilidade de perda	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>Quantidade de causas</u>	<u>Valor do provisionamento</u>	<u>Quantidade de causas</u>	<u>Valor do provisionamento</u>
Remota	24	-	1	-
Possível	3	-	29	-
Provável	<u>26</u>	<u>439</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>53</u></u>	<u><u>439</u></u>	<u><u>30</u></u>	<u><u>-</u></u>

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Amapá acionaram judicialmente a Alupar Investimento S.A, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) o IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e a Secretária do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá, por não efetuar a prevenção de danos ambientais na implantação da UHE Ferreira Gomes. O Município de Cutias do Araguari requereu o seu ingresso na presente demanda, na qualidade de litisconsorte ativo e concordou com a pretensão formulada pelos autores. Foi admitido o ingresso aos autos do Município de Cutias do Araguari. A probabilidade de perda do processo é considerada possível e o valor estimado da causa é de R\$ 1.411 em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Em 18.07.2012 fomos acionados judicialmente pela empresa Sulconsult Consultoria e Engenharia Ltda, com o fito de cobrar supostos créditos advindos de um contrato de prestação de serviços. A Ferreira Gomes, não concordando com a cobrança intentada, opôs os competentes embargos à execução que, por sua natureza, demandaram a implementação de uma garantia judicial pela Companhia, através de seguro garantia emitido pela Allianz Seguros S.A. Conforme opinião do escritório de advocacia responsável a probabilidade de perda é tida como possível, cujo valor estimado da causa é de R\$ 1.326.

16. Instrumentos financeiros

16.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

16.2. Valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2012		31/12/2011		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	86	86	541	541	Valor justo	Disponíveis para venda
Investimentos de curto prazo	28.731	28.731	52.402	52.402	Valor justo	Disponíveis para venda
	<u>28.817</u>	<u>28.817</u>	<u>52.943</u>	<u>52.943</u>		
Passivo						
Fornecedores	11.856	11.856	3.304	3.304	Custo capitalizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	520.167	520.167	220.557	220.557	Custo capitalizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>532.023</u>	<u>532.023</u>	<u>223.861</u>	<u>223.861</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

Notas Explicativas

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de curto prazo, portanto não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) Banco Sumitomo: Como os valores a pagar são reajustados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

As debêntures da Companhia não estão precificadas no mercado ativo. A Companhia com base em debêntures com características similares no mercado realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

16.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Mensuração do valor justo</u> <u>Nível I</u>
<u>Ativo</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	86	541	627
Investimentos de curto prazo	<u>28.731</u>	<u>52.402</u>	<u>81.133</u>
	<u>28.817</u>	<u>52.943</u>	<u>81.760</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

16.4. Instrumentos derivativos

No dia 29 de outubro de 2012 a Companhia celebrou com a Alubar Metais e Cabos S/A contrato prevendo a aquisição de cabos de alumínio e autorizou a mesma a contratar uma operação de derivativo na “London Metal Exchange” (LME) em Londres, através de seu broker JP Morgan e/ou Jefferies de modo a assegurar uma determinada cotação do LME para os cabos de alumínio a serem fornecidos pela própria Alubar. Até 31 de dezembro de 2012 nenhum desembolso foi efetuado em favor da Alubar Metais.

16.5. Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas

16.6 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 28 de dezembro de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 28 de dezembro de 2012 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

		<u>31/12/2012</u>					
Aplicações financeiras		28.764					
	<u>Indexador</u>	<u>Cenário I (-50%)</u>	<u>Cenário II (-25%)</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III (+25%)</u>	<u>Cenário IV (+50%)</u>	
	CDI	3,63	5,44	7,25	9,06	10,88	
<u>Operação</u>							
	<u>Indexador</u>	<u>Cenário I (-50%)</u>	<u>Cenário II (-25%)</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III (+25%)</u>	<u>Cenário IV (+50%)</u>	
	Aplicações financeiras (caixa e equivalentes)	CDI	1.042,70	1.564,04	2.085,39	2.606,74	3.128,09

16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros -Continuação

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 28 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2012 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,63%	5,44%	7,25%	9,06%	10,88%
Banco Sumitomo Mitsui	CDI +	29.400	37.015	38.177	39.339	40.500	41.662
1º emissão de debêntures	CDI +	150.000	184.191	190.036	195.881	201.727	207.572
2º emissão de debêntures	IPCA +	200.000	19.581	23.422	27.263	31.103	34.944
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	TJLP +	110.680	6.765	8.819	10.873	12.927	14.982

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

16.7 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

Este risco é mitigado pela utilização de aplicações financeiras conservadoras e de liquidez imediata, evitando sempre que possível a concentração em uma única instituição financeira.

16.7 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Notas Explicativas

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

16.7 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente.

É importante ressaltar que a dívida da Companhia de longo prazo é referente a 2º emissão de debêntures e corresponde a 60% da sua dívida total, e será amortizada integralmente em 2014.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Notas Explicativas

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada e educação continuada.

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<u>Risco/Objeto</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Seguro para garantir a Aneel as obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE	40.535	952
Seguro garantia processo judicial	1.824	50
Riscos de engenharia	907.000	3.900
Riscos de responsabilidade de civil geral	80.000	330
Total	1.029.359	5.232

19. Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

20. Compromissos

Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia havia contratado o montante de R\$ 631.534 junto a fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE, deste montante R\$ 472.505 já haviam sido executados e R\$ 146.997 foram desembolsados a título de adiantamento, o restante será executado conforme cronograma do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2011 a os montantes são de R\$ 570.936, R\$ 228.968 e R\$ 122.859 respectivamente.

21. Medida Provisória 579/2012

Em 11 de setembro de 2012 foi emitida a Medida Provisória 579/2012 a qual, dentre outras determinações, estabelece regras para renovação das concessões de companhias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Administração analisou o conteúdo da referida Medida Provisória e considera que a mesma não causará impacto na Companhia, pois a Ferreira Gomes Energia está em fase pré-operacional e o vencimento do contrato de concessão é posterior ao referido na lei.

Notas Explicativas

22. Eventos subsequentes

Em 29 de janeiro de 2013 houve liberação da parcela remanescente no montante de R\$ 11.044 do contrato de financiamento, celebrado no dia 26 de setembro de 2012, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 121.724, cuja liberação do montante de R\$ 110.680 já havia ocorrido em outubro de 2012.

No dia 29 de janeiro de 2013 a acionista Alupar Investimentos S.A adiantou a título de adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 40.000.

Contadora
Danielle Santos
CRC 1SP278429/ P-6

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Ferreira Gomes Energia S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

nfase

Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros, para a conclusão de sua Usina. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresenta uma situação de capital circulante líquido negativo, sendo que a liquidação de seus passivos de curto prazo dependerão de aporte de recursos por parte de seus acionistas e/ou captação de recursos de terceiros. As presentes demonstrações contábeis não contemplam quaisquer efeitos, que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, em caso de insuficiência desse fluxo de recursos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315/0001-23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31.12.2012.

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315/0001-23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31.12.2012.

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça
Diretor Técnico